

IV - Encaminhe-se à Subprefeitura da Cidade Tiradentes, para ciência e eventuais providências;

V - Ao DIPI, para anotações.

São Paulo, 21 de agosto de 2023.

TATIANA ROBLES SEFERJAN

**Coordenadora de Gestão do Patrimônio Imobiliário I CGPATRI**

**Secretaria Municipal de Gestão I SEGES**

**RF: 782.380.1**

**Documento: 080963363 | Despacho indeferido**

**INTERESSADO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UNIFESP**

**ASSUNTO: PEDIDO DE DOAÇÃO DE ÁREA**

**DESPACHO**

I - À vista dos elementos constantes do presente processo, em especial as manifestações da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (docs. [043570778](#), [047259703](#) e [047484858](#)) e da CGPATRI-SAP (doc. [047669765](#)), a qual acolho, **INDEFIRO**, com fundamento no artigo 54, inciso II do Decreto nº 62.208/2023, o pedido de doação de área municipal situada na Rua Doutor Diogo de Faria, nº 1084, Vila Clementino, São Paulo, formulado pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, pela impossibilidade material de atendimento, uma vez que a área encontra-se ocupada pelo Clube da Comunidade Vila Clementino;

II - Nos termos do disposto no artigo 36 da Lei Municipal nº 14.141/2006, abre-se o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da presente publicação, para apresentação de RECURSO, que deverá ser entregue no protocolo da Coordenadoria de Gestão do Patrimônio Imobiliário - CGPATRI, Rua Boa Vista, nº 280, 7º andar, Centro - São Paulo, das 8h às 17h, período e horário que estará franqueada a vista dos autos do processo ou, por meio eletrônico, no endereço: [cgpatri@prefeitura.sp.gov.br](mailto:cgpatri@prefeitura.sp.gov.br). No ato do oferecimento de recurso deverá ser recolhido o preço público devido, fixado na tabela integrante do Decreto nº 62.087/2022, nos termos do que dispõe o artigo 17 do Decreto nº 51.714/2010;

III - Publique-se;

IV - A seguir, o presente poderá ser encaminhado à Subprefeitura de Vila Mariana e após à CGPATRI-DIPI para anotações e posterior arquivamento.

São Paulo, 21 de agosto de 2023.

TATIANA ROBLES SEFERJAN

**Coordenadora de Gestão do Patrimônio Imobiliário I CGPATRI**

**Secretaria Municipal de Gestão | SEGES**

**RF. 782.380.1**

**Documento: 088522010 | Despacho indeferido**

**INTERESSADO: DELLA VOLPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**

**ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE ÁREA**

**DESPACHO**

I - À vista dos elementos contidos no processo SEI nº 6013.2023.0003425-0, em especial as informações da CGPATRI-SI (doc. [087794524](#)) e da CGPATRI-SAP (doc. [088173953](#)), que acolho, no sentido de que a área está ocupada por equipamento social, **INDEFIRO**, com fundamento no artigo 54, II, do Decreto 62.208/2023, o pedido de aquisição de área com endereço na Rua Pedro de Toledo, 1084, requerido pelo Della Volpe Empreendimentos Imobiliários Ltda, por impossibilidade material de atendimento;

II - Nos termos do disposto no artigo 36 da Lei Municipal nº 14.141/2006, abre-se o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da presente publicação, para apresentação de RECURSO, que deverá ser entregue no protocolo da Coordenadoria de Gestão do Patrimônio Imobiliário - CGPATRI, Rua Boa Vista, nº 280, 7º andar, Centro - São Paulo, das 8h às 17h, período e horário que estará franqueada a vista dos autos do processo ou, por meio eletrônico, no endereço: [cgpatri@prefeitura.sp.gov.br](mailto:cgpatri@prefeitura.sp.gov.br). No ato do oferecimento de recurso deverá ser recolhido o preço público devido, fixado na tabela integrante do Decreto nº 62.087/2022, nos termos do que dispõe o artigo 17 do Decreto nº 51.714/2010;

III - Publique-se;

IV - Ao DIPI, para anotações.

São Paulo, 21 de agosto de 2023.

TATIANA ROBLES SEFERJAN

**Coordenadora de Gestão do Patrimônio Imobiliário I CGPATRI**

**Secretaria Municipal de Gestão I SEGES**

**RF: 782.380.1**

**Secretaria Municipal de Habitação**

**CMH/CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**

**Documento: 088731534 | Ata de Reunião**

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CMH

8ª Gestão

Data da Reunião: **20 de junho de 2023**

Local: Local: Rua Líbero Badaró nº 504 - 10º andar - Sala 101B - Centro - São Paulo

Aos vinte dias do mês de junho do ano 2023, às 14h00, nas dependências do Edifício Martinelli, 10º andar, sala 101B, auditório, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se para a 2ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação - 8ª Gestão, conforme lista de presença, os membros (as): **Conselheiros (as) presentes:** Leonardo Gazillo Silva (SEHAB), Aguinaldo da Silva França (ANESP), Simone de Castro Melo (CIPROMP-SP), Vera Eunice Rodrigues da Silva (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste), Isadora de Andrade Guerreiro (FAU-SP), Marcos Moliterno (Instituto de Engenharia de São Paulo), Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste) e Álvaro Augusto Andrade Vasconcellos (APEMEC). **Convidados (as) presentes:** Carlos Alberto da Silva SEHAB/CG, Mônica Hussein Nasser (SEHAB/CMH), Maria Helena Ferreira de Almeida (SEHAB/CMH), Cristina Pimenta Nunes (COHAB), Daniel Boer de Souza (COHAB), Dulce Santana (Taquiografia), Fabiano Colussi (COHAB), Irene Alice Suguiyama (SEHAB/DAF/DIF), Jaqueline Dantas Rodrigues (CEF), Kátia Silene Batista dos Santos (SEHAB), Keila Cristina Marins Cardoso (COHAB), Leon Jacques de Lima (SEHAB/ASSIST), Murilo Leite Ferreira (COHAB), Nilson Edson Leônidas (Conselheiro CMH-COHAB), Rafaela T Silva do Nascimento (SEHAB/IMPrensa), Rodrigo Mendes Romão (Conselheiro CMH-CEF), Rogério Frontelli (SEHAB/ASSIST), Sergio Luís de Oliveira (COHAB), Sílvia Araujo (COHAB), Walter Zerbinatti Junior (COHAB), entre outros. **Conselheiros (as) justificaram ausência:** Daniela Ferrari Toscano de Britto (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo) e Maria Zilma Alves dos Santos (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo). **Conselheiros (as) ausentes:** Paulina Maria da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde), Celso Aparecido Sampaio (Universidade Presbiteriana Mackenzie), Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP) e João Cury Neto (COHAB). **Pauta da Reunião:** Item 1 - Aprovação da Ata da 1ª Reunião Executiva do CECMH de 18/04/2023. Item 2- Solicitação de Voto CMH nº 07-2023 - Aprovação para Antecipação de 4% para cada etapa de liberação dos recursos aportados pela COHAB em 08/02/2023 - Conclusão das Obras dos Condomínio Novo Horizonte - COOPAMARE. - OF SEH SP Centro nº 17/2023. Item 3 - Solicitação de Voto CMH nº 08-2023 - Aprovação para Antecipação de 4% para cada etapa de liberação dos recursos aportados pela COHAB em 08/02/2023 - Conclusão das Obras dos Condomínio Conquista - COOPAMARE. - OF SEH SP Centro nº 18/2023. Item 4 - Assuntos Gerais. **Início Reunião: Sr. Leonardo:** Antes de dar seguimento aos itens, quero fazer um breve pronunciamento. Como todos acompanharam, mês passado tivemos o pedido de exoneração do Secretário João Farias, desde então, como Secretário Adjunto, assumi interinamente a Secretaria até uma definição definitiva por parte da gestão para quem de fato vai assumir a cadeira. Enquanto interino estou aqui presidindo essa sessão e me coloco à disposição para todos os assuntos que forem pertinentes. É importante salientar que mesmo diante dessa mudança, nenhum dos assuntos tratados na SEHAB teve paralização, pelo contrário, temos dado seguimento a todos os andamentos de forma normal. Basicamente, estamos no aguardo realmente de um posicionamento final por parte do Prefeito e para as composições finais, para sabermos como ficarão as coisas na SEHAB. Acredito que entre a próxima semana e a próxima, no máximo, tenhamos uma definição. Outro ponto importante, tivemos a reunião passada, eu estava adoentado na oportunidade, João Cury estava numa reunião externa com o Prefeito e João também teve que se ausentar, então mediante ausência dos secretários houve consenso dos conselheiros presentes de terminar a sessão. Temos um pedido de uma extraordinária, mas eu ainda não a convoquei justamente pela questão desse período de mandato “tampão”. Para deixarmos as coisas organizadas, caso chegue um novo Secretário, deliberarei com ele sobre e aí sim marcaremos, após definição da pasta em si, qual a data dessa extraordinária. Ela ainda não foi marcada, mas não está fora de questão. Não fizemos ainda por conta disso. Então, feitos esses esclarecimentos iniciais, passo para os itens de pauta. Primeiro item, aprovação da Ata da 1ª reunião Executiva do CMH, que ocorreu no dia 18/04/2023. Aqueles que concordam, permaneçam como estão. Está aprovada. Agora vamos encaminhar o segundo item de pauta, Solicitação de voto nº 07/2023 para aprovação da antecipação de 4% para cada etapa de liberação dos recursos aportados pela COHAB em 08/02/2023 para conclusão das obras

do Condomínio Novo Horizonte - COOPAMARE. - OF SEH SP Centro nº 17/2023. Rodrigo da Caixa Econômica Federal fará apresentação. **Sr. Rodrigo:** Secretário, se me permite, falarei dos dois itens juntos porque é a mesma situação, os dois são da mesma entidade. Até para ficar mais prático. Boa tarde a todos, meu nome é Rodrigo Mendes, sou superintendente de Habitação da Caixa e nosso pedido é a respeito dos empreendimentos Novo Horizonte e Conquista, ambos do COOPAMARE, para continuidade das obras. O motivo desse pedido, Instrução Normativa nº 09, de 29 de março de 2023, alterada pela Instrução Normativa nº12 de 07 de junho de 2018, do Ministério das Cidades. Ambos os empreendimentos tiveram aporte aprovado pela Prefeitura. Trazendo ali, “empreendimentos já possuem aporte pela prefeitura para conclusão das obras”. Como está a situação hoje? O empreendimento Conquista hoje pela medição da engenharia da Caixa, técnica, ele está com 70,92% de obra. Já foi aprovado e está na Caixa, a Prefeitura já aprovou em reuniões anteriores, um aporte de R\$ 2.030.721,00 para o término do Conquista. No caso do Novo Horizonte, estamos com 78,23%, já tem aporte na Caixa de 2.638.664,41, que é o aporte que nossa área técnica identificou e foi aprovado, ambos suficientes para 100% das obras. O pedido aqui não envolve aporte de recursos, porque isso já está feito. Viemos pedir para utilizar o mecanismo que está aprovado na Instrução Normativa, que depende tanto do banco, da área técnica da Caixa Econômica Federal, quanto do ente que faz o aporte, no caso a Prefeitura de São Paulo, que é representada por esse Comitê. Trazendo aqui o artigo segundo, “o somatório dos valores antecipados será de no mínimo 4% e não poderá exceder o valor executado de 8% do valor da operação até atingir 95% da obra. Nós estamos na casa dos 70 nos dois. Então resumidamente, o que precisamos, que é do pedido? Antecipação de 4%; estamos pedindo o percentual mínimo da Instrução Normativa. Por que estamos pedindo esse percentual? Como funciona todo empreendimento na Caixa? Todo tipo de empreendimento, associativo, apoio à produção, FDS, que se enquadram nos empreendimentos. A Caixa paga aos fornecedores e à Construtora que está fazendo esse trabalho via medição. Então todo mês o responsável técnico vai na obra, faz a medição e verifica se aquela obra andou conforme o combinado previsto no projeto. Andou, a Caixa paga os fornecedores. Vai pagar cimento, piso, ferro, enfim. Qual a questão? Para que essa obra retome, são aportes relativamente recentes, precisamos colocar o dinheiro na frente para esse fornecedor poder fazer. Então dentro de uma sistemática normal de operação que não tinha sido parada e vem continuamente, você faz e a Caixa repõe, você faz, a Caixa repõe. Só que a entidade não tem como ter esse recurso no bolso para depois a Caixa repassar, então a normativa permite que dentro do valor aportado, antecipemos uma parte do valor e essa parte que antecipamos mensalmente não pode ser maior do que 4%. Significa o seguinte, mês um, para que a construtora retome essa obra, no mês um podemos antecipar, dando como exemplo o Conquista, aproximadamente 80 mil reais. No caso do Novo Horizonte, um pouco mais. Então anteciparíamos até 80 mil, no caso que dei como exemplo, para a construtora retomar velocidade dessa obra. Fechou o mês, a Caixa vai lá, mede e valida. Isso podemos fazer todo mês, ou seja, paga e a Construtora vai. Não vamos pagar o valor de uma vez, vamos antecipar somente a evolução daquele mês. Todo mês acompanhado pelo Engenheiro da Caixa junto com a empresa contratada. Quando chegar a 95%, essa medição por questão de regra da normativa, eu não posso mais antecipar 4%, tenho que antecipar 2,5%, então o valor que vamos antecipar inicialmente entre 95 e 100% é no máximo 2,5%. Então vamos supor, no primeiro mês podemos antecipar 80 mil, se a construtora só fez 50 mil, vamos ajustar para o próximo mês em 50 mil, vai diminuir o valor que vai receber. Não corre o risco de dar 80 mil e não usar o valor na obra. Se na medição mensal programada com a engenharia é 50 mil, por mais que possa fazer 80, vamos travar um limite que é combinado. Em ambos os empreendimentos temos uma previsão técnica de 12 meses para conclusão, a partir do momento que fizermos a primeira antecipação do recurso e a Engenharia, junto da construtora, dá sequência na obra, ele tem 12 meses em ambos os casos para atingir 100% de obra e partir para a parte de organização. Em resumo, queremos antecipar, conforme a regra, mensalmente o determinado valor para poder fazer com que a Construtora dê sequência à obra, sempre limitado ao final, quando chegar a 100%, àquele valor de aporte que já está na Caixa. O que não conseguimos fazer hoje? Acessar o valor. Mas o valor já está empenhado, então o pedido é para que possamos fazer valer essa cláusula. Estando todo mundo de acordo, conseguimos iniciar a obra a partir do mês que vem. Alguma dúvida? **Sra. Vera:** Conheço a luta de vocês e reconheço, mas algumas questões: primeiro, a quantidade de unidades. Sou titular no conselho. Esse empreendimento não se enquadra na nova Instrução Normativa, 146, que saiu agora a conclusão dos empreendimentos? Pergunto porque várias vezes eu coloquei em pauta a questão, e tem um aporte, foi relançado e falaram que já tem aporte da prefeitura e não pode ter de novo. E tem também o dinheiro que está bloqueado. É uma obra que agora conseguiremos retomar com o Governo federal, mas no ano passado não pudemos. Não sou contra, acho que a luta da moradia é uma luta digna, sou favorável, sim. Mas eu acho que pau que bate em Chico tem que bater em Francisco, espero que o conselho tenha um olhar especial para os empreendimentos, independentemente do seu movimento. Eu não sou partido, eu não sou time de futebol, eu entendo a causa, que é justa. Então espero que tenham olhar especial, porque é muito duro, há quantos anos vocês não estão na luta esperando por essa moradia? Não é um ou dois, são mais de dez anos. **Sra. Fátima:** Só quero colocar aqui, os companheiros estão aí há muito tempo e todas as vezes que vêm aqui dizem “mês que vem começa a obra”, que agora realmente consigam tocar essa obra e terminar, porque estou desde o primeiro Conselho, estou no meu segundo mandato



em outro procedimento e outra modalidade, que também visa trazer essa produção habitacional da cidade. Inclusive para falar um pouquinho desse novo edital, só peço para encaminharmos. **Sra. Fátima:** Só queria colocar uma situação. Tivemos nossa prestação de contas do mês de abril aprovada no dia 24 do mês passado e viemos a receber no dia 14. E não faltou esforço do Nilson, sei que ele se esforçou muito. Mas emperrou no Finanças. Devido a ter mandado ofício para cá pedindo reunião com a Secretária, pedindo reunião com presidente da COHAB, o financeiro falou que já que tínhamos pedido a reunião, só iam pagar no dia 14. Isso foi um grande absurdo o que aconteceu. Viemos receber dia 14, estávamos com todas as compras pendentes para pagar uma parcela, o que gerou atraso de pagamento, que vai gerar glosa com certeza. Quem vai pagar essa glosa? Porque o CA resolveu que só ia pagar no dia 14. Isso foi um absurdo. **Sr. Leonardo:** Eu particularmente desconheço desse ocorrido. **Sra. Fátima:** Mas aconteceu e é bom que o senhor saiba, que todos fiquem sabendo que isso está acontecendo. **Sr. Leonardo:** Importante então deixar registrado. **Sra. Fátima:** A Pasta de Prestação de Contas está analisando um pouco rápido, mas está demorando um pouco, tem que melhorar. Técnico está hiper rápido. Mas o Financeiro está demorando para pagar, nos chamou e falou que não tinha dinheiro para pagar, que não estava programada a nossa parcela para pagar. Viemos receber o mês de abril no dia 14, o mês de maio não recebemos ainda. **Sr. Leonardo:** Vou verificar com o Financeiro da COHAB. Nilson, deixa isso registrado para podermos levantar e dar uma devolutiva a respeito desse atraso de pagamentos. Kátia, passo para você explicar o novo edital. **Sra. Kátia:** Como alguns de vocês acompanharam e o João, ex-Secretário, comentou, estamos desenhando novo modelo de edital para a modalidade Entidades, que foi até um pleito dos próprios movimentos sociais, que solicitaram que esse fosse um edital aberto, privado, de áreas particulares, no caso, porque alguns deles tinham projetos em andamento. E aí como muitos vieram bater aqui na porta, decidimos separar os editais e transformar em dois editais, em vez de um edital único, porque em um deles temos que ofertar novas áreas, teríamos que disponibilizar áreas desapropriadas e esse nosso banco de áreas hoje tem uma quantidade de áreas muito pequenas, demoraria mais porque algumas dessas áreas estão em processo de desapropriação, estão aguardando emissão da posse, tanto da própria Secretária, o próprio município, porque tem áreas municipais que serão disponibilizadas para Habitação, como as áreas que estão em andamento na COHAB. Então para não demorar muito, estamos trabalhando em cima desse edital, que será apresentado para o Conselho. Vamos passar como vai se dar isso, justamente para vocês opinarem um pouco, colocarem seus pontos, fizemos mais parecido com Minha Casa Minha Vida na modalidade Entidades também, para que se aceitasse áreas privadas, conseguíssemos adquirir o terreno e financiar a construção do mesmo jeito que a modalidade do Minha Casa Minha Vida prevê. Só que com valor diferente, o valor aqui do Pode Entrar é maior, justamente por ser na cidade de São Paulo. Esse edital está em andamento, as equipes técnicas vão concluir esse material e vamos apresentar para vocês aqui no conselho. **Sra. Isadora:** Edital para terrenos? **Sra. Kátia:** Não é para terrenos, é um edital semelhante ao que tem hoje no Minha Casa Minha Vida Entidades mesmo, modalidade de aquisição de terreno, mais construção de unidades habitacionais. **Sra. Vera:** Compra antecipada do terreno? No Minha Casa Minha Vida é assim. **Sra. Kátia:** Na realidade, não estamos prevendo, já vou deixar claro aqui para vocês, essa compra antecipada do terreno. No edital estamos prevendo a aquisição e já financiamento pela construção direta, não aquela compra antecipada, porque a própria Controladoria Geral do Município pontuou muito essas questões. Por isso batemos um pouco na prestação de contas, a COHAB tem um certo receio, porque a Controladoria e o Tribunal de Contas estão em cima dessas prestações de contas porque tem muitos projetos parados do Minha Casa Minha Vida. Muitos empreendimentos que estavam em obras e por conta de vários fatores, pararam a obra no meio do caminho. Eles fizeram essa pesquisa e vieram até nós por isso. alguns deles inclusive têm essa questão, comprou-se o terreno, mas não se conseguiu recurso para financiar. Então entendemos que para não confrontar TCM, não confrontar a Controladoria Geral do Município, o que estamos optando é a aquisição do terreno e já o financiamento da construção na sequência. Não esperar adquirir, fazer todo aquele processo de legalização e depois financiar a construção. Não, do jeito que era o Minha Casa Minha Vida antes de entrar esse regime de aquisição. **Sra. Isadora:** Antecipação de projeto vai ter? **Sra. Kátia:** Isso, também. Está sempre previsto no edital. O edital ficou bem legal, o Secretário já tinha visto, o Secretário Leonardo também está apreciando o material, então estamos discutindo com as equipes técnicas, porque tem certa resistência de alguns, alguns não querem adquirir terrenos particulares. Mas acho que hoje para conseguirmos compensar o recurso do fundo municipal de habitação para que a entidade consiga realizar seu trabalho, porque estamos vendo o chamamento anterior, muitas entidades foram contempladas, mas nem todas elas estão conseguindo assinar porque ainda falta determinado passo. Falta apresentar o projeto aprovado, falta apresentar documentos, alguns ainda estão com documentação pendente, então o que estamos tentando fazer é ampliar isso e não deixar limitado somente aos chamamentos de 2015 e 2016. **Sr. Leonardo:** Quería que você falasse um pouco do Minha Casa Minha Vida, que você foi lá em Brasília. Trazer um pouco do que foi discutido, eu faço um complemento do que estamos discutindo aqui na Secretária de Governo. **Sra. Kátia:** Recentemente estive em Brasília com o ex-Secretário Nacional de Habitação e o ex-Secretário de Habitação de São Paulo, João Farias. Eles pediram para apresentarmos o Programa Pode Entrar se contrapondo ao Minha Casa Minha Vida, a nova versão do Programa. Nas discussões, Marangoni, que está fazendo todo esse

acompanhamento, nós fizemos algumas propostas, principalmente o Secretária insistiu muito na questão do “não pagar nada”, de a unidade habitacional ser gratuita para as famílias que recebem Bolsa Família ou BPC, benefício de prestação continuada, ele apontou que seria um erro, que inclusive essas unidades deveriam ser por meio do Locação Social, mesmo que fosse Minha Casa Minha Vida, foi uma das propostas do Secretário. Eles apresentaram, também se contrapuseram, porque não foi só o Secretário que falou, falamos bastante do Pode Entrar, que existia essa modalidade de aquisição de unidades. Eles falaram também da questão do fardo, que era parecido, que o Minha Casa Minha Vida também adquiria as unidades para que o município atenda as suas famílias. Meio que apresentamos a proposta de aquisição, que era a aquisição direta no mercado, eles apresentaram a modalidade FAR, que já é uma modalidade semelhante, se formos olhar, é parecido, mas não tem o preço do mercado, tem o preço geral do programa todo, no caso do Minha Casa Minha Vida. Aqui no nosso caso é diferenciado. Teve mais uma discussão que era tentar convênir com eles algo que financiasse aqui para o município, o Secretário vai falar na sequência. No final das contas eles fizeram algumas propostas, inclusive estava naquela apresentação da última reunião que eu ia mostrar quais foram as propostas apontadas por nós aqui, porque entendemos que determinados pontos podem prejudicar o andamento do programa em nossas modalidades. Eles apresentaram alguns pontos que eles queriam alterar, colocamos a necessidade de o valor aqui ser maior, porque 180 mil para as unidades habitacionais, em São Paulo não daria para custear a unidade habitacional nem para a construtora nem para a entidade. Se for olhar então para a modalidade de autogestão, não conseguiríamos mesmo. Então tem todo um pleito para eles, encaminhamos o pedido e estamos aguardando retorno. **Sr. Leonardo:** Para complementar, em sequência a essa reunião prévia que houve em Brasília e com esses alinhamentos iniciais, a SEHAB em conjunto com a Secretária Municipal de Governo e de Gestão, as duas secretarias têm nos ajudado bastante nesse sentido, na articulação com o Ministério no sentido de trazer os recursos do Minha Casa Minha Vida para subsidiar, aí já fora do âmbito do Pode Entrar, mas através do próprio Minha Casa Minha Vida, com um complemento de recurso do município, para que possamos fazer tanto a aquisição de novas unidades, como o retrofit. Hoje estamos bem avançados no convênio para trazer recursos para fazer a retrofitagem de pelo menos 4 mil unidades. Qual é a ideia? Trazer recursos para São Paulo, principalmente para a região central, temos pelo menos 10 prédios hoje, ainda que ocupados, mas que estão em condições de ser retrofitados. Temos visto na prática, o Prestes Maia, como Nilson bem colocou, é um desses grandes exemplos, são obras viáveis e que de certa forma têm avanço bem rápido. Prestes Maia começou há poucos meses o processo de retrofitagem e já está em mais de 25% pronto. Não dá para ter habitabilidade ainda porque está fazendo em fases, mas logo conseguimos entregar. Diga-se de passagem, será um marco para a história da cidade. E o governo e a gestão tendo essa visão, como também há um direcionamento da gestão no sentido de revitalização do centro de modo geral, é um empenho hoje do nosso prefeito Ricardo Nunes e de toda a gestão fazer essa reativação do Centro. Temos muitos prédios hoje desocupados na região central, vocês que são dos movimentos sabem muito bem disso, nosso empenho hoje é trazer possibilidades, recursos, mecanismos e diversidade desses mecanismos. Outra coisa importante a frisar é que a gestão hoje tem o seguinte entendimento, eu estava falando com o Cury ontem, que não podemos ficar presos a um único programa, acho que temos que trabalhar múltiplos programas, trabalhar os convênios e parcerias com a Caixa Econômica Federal, que tem sido grande parceira, vocês são fundamentais nesse processo. Inclusive a Caixa entrando agora no Pode Entrar também dando suporte em algumas áreas que estavam somente sob responsabilidade de SEHAB e COHAB vão trazer um ganho, uma agilidade e celeridade nos processos muito maior. Tudo isso temos feito para poder dar celeridade ao processo de reurbanização e reativação do Centro e da cidade como um todo. Isso é mais uma das inovações dentro do nosso processo de gestão, que é buscar sim esse auxílio do Governo Federal, mas não nos limitando aos valores do Minha Casa Minha Vida, e sim aportando-os, quer seja na modalidade de construção de unidades, como o retrofit, estamos falando de um aporte que o município fará em cima 30 a 40 mil reais para complemento do orçamento. Vocês sabem qual foi a grande diferença do Pode Entrar em relação ao Minha Casa Minha Vida? O diferencial do preço, porque São Paulo em relação ao restante do país tem um custo de terra muito alto. O custo de obra não muda muito de um Estado para outro, o metro quadrado construído não tem tanta diferença, os preços são mais ou menos similares. Claro que tem regiões mais remotas do país que tem preço maior, mas falando das Capitais, de modo geral, das grandes cidades, temos um preço médio construtivo equilibrado, até porque existem normativas para isso também, preço médio e tudo mais. Não é só falarmos de terra nua em São Paulo, principalmente na região central, vocês sabem o quanto isso custa. Primeiro, a indisponibilidade dessas áreas, por isso estamos dando reforço no Centro para o retrofit, porque hoje não temos disponibilidade de terra nua, de áreas livres. Também temos outros problemas, áreas tombadas, enfim, já temos uma dificuldade dentro do território muito grande. Como atender aos movimentos e não atender essa demanda que está represada aqui há tantos anos? E trazer qualidade de vida para as pessoas que ali habitam. Porque hoje é indiscutível que as pessoas estão vivendo naquelas condições, condições de risco, então como vamos mitigar isso? Às vezes não dá para simplesmente entrar num processo demolitório, derrubar o prédio e construir um novo, não é exequível, fora o tempo, imagina colocar tudo abaixo e depois levantar, demora uns 5 anos, até mais, dependendo do processo burocrático daquela área, porque às vezes envolve desapropriação, uma série de coisas. Qual a saída que temos hoje? e estamos bem

alinhados com a secretaria de Governo. Buscar o recurso federal, porque ele vai ampliar nossas frentes, então vamos investir. “Mas a prefeitura tem dinheiro, não precisaria buscar recurso federal”. Isso não necessariamente é verdade porque nosso recurso é escasso, hoje a prefeitura tem dinheiro, mas e amanhã? Eu não posso criar uma política que se apoie somente no superávit que temos hoje na cidade, temos pensado no todo, temos que pensar mais a longo prazo quando falamos de gestão. E por que não utilizar do governo do Estado, do governo Federal, no sentido de parceria e de convênios? Então quero trazer aqui essa informação que acho bastante importante, que é uma continuidade da conversa que houve há um mês e meio atrás em Brasília e que vimos tocando. Acho que muito em breve, nos próximos 40, 45 dias já tenhamos uma sinalização positiva, visto que já tivemos assinatura em Brasília do Programa e agora estamos em vias de liberação de recurso, inclusive estamos preparando alguns projetos, para assim que sair e for liberada, consigamos apresentar os prédios, os projetos de retrofitagem no Centro para atendermos a essa demanda. Se alguém tiver alguma dúvida ou questionamento, abra a palavra e encerramos na sequência. **Sra. Isadora:** Gostaria de perguntar em relação a esse recurso que poderá vir do Governo Federal e daquele que já está em andamento, não está claro ainda, João Faria sempre colocou a questão da demanda, sempre falou “está lá, pode entrar, tem nas suas regras a demanda, mas tem faixa 1, faixa 2”, estamos falando de um edital, esse da cidade de São Paulo, de aquisição, de várias unidades diferentes da cidade, não está claro em lugar algum qual a demanda que vai para essas unidades exatamente, de qual faixa de renda, se é ou não fila do auxílio aluguel, se essas pessoas que estão no auxílio aluguel serão atendidas no mesmo lugar do qual foram retiradas, qual será o processo de financiamento, quem irá para unidades maiores, quem irá para unidades menores. Precisamos começar a fazer essa discussão aqui no CMH, é muito importante que isso seja feito. Isso entra também para o Minha Casa Minha Vida e retrofitagem, temos mais de 60 prédios ocupados no Centro da cidade de São Paulo, quais serão os prédios retrofitados? Serão os de movimentos? Ocupados, não ocupados? Os movimentos terão acesso ao serviço para fazer autogestão ou cogestão? Ou não? Acho que estamos num momento, como você está colocando, de busca de recursos, busca de unidades, mas até agora não entendemos para quem são essas unidades, se os movimentos terão algum acesso. E se CMH terá algum acesso ou decisão sobre essa dimensão da demanda. No caso do edital das 40 mil unidades, eu imagino que já estejamos atrasados sobre ponto, porque as unidades já estão selecionadas, não? Quería inclusive saber como está o andamento do cronograma para compra efetiva dessas unidades. **Sra. Vera:** Acho que é muito importante os três níveis de poder conversarem. É o papel do Governo, seja ele Federal, Municipal, Estadual. A Caixa está aqui, essa semana saiu novamente, novas obras a serem contratadas pela Caixa Econômica Federal esse ano e com certeza os movimentos precisarão de aporte também. Será diretamente pela Caixa Econômica, que é o Minha Casa Minha Vida, quem acompanha os quinze anos de governo sabe que hoje o valor da unidade no município de São Paulo está maior do que o Minha Casa Minha Vida. Lógico que em São Paulo o custo de vida é muito mais caro, o material, o valor do terreno, uma série de coisas, então que é fundamental esse momento. Tanto de a Prefeitura pegar o recurso do Governo Federal, quanto também aportar os novos projetos que serão selecionados ainda esse ano, 16 mil unidades a nível Brasil, espero que em São Paulo, porque mesmo a prefeitura tendo uma lei, que é o Programa Pode entrar, sabemos que não atende. Não adianta apenas a prefeitura. Temos dinheiro, temos uma lei, mas sabemos que ainda não é suficiente para atender nossa sociedade como um todo, basta olhar a quantidade de famílias que hoje temos nas ruas. São pessoas trabalhadoras que não conseguiram pagar o aluguel, hoje vemos pessoas morando em barracas, é uma vergonha para a cidade de São Paulo. **Sr. Leonardo:** Concordo contigo, o alinhamento entre as esferas de governo é necessário, o que vejo em nossa gestão é um bom alinhamento, isso é muito positivo para que consigamos ter uma cidade melhor e mais justa e acessando outros recursos também. No governo do Estado temos excelente relacionamento com a CDHU, com a Secretária de Habitação do Estado, o governador está muito empenhado em trazer investimentos também para a região central, para a Habitação na capital, não só no Estado. O pessoal está trabalhando forte para a construção de alguns programas e fortalecendo essa produção pelo governo do Estado, muita coisa em parceria conosco também, isso é muito importante, as PPPs vão avançar bastante agora também na capital. Cury está fazendo um levantamento de áreas, estamos recebendo do Governo do Estado algumas áreas para que possamos desenvolver as PPPs, Operações Urbanas também retomará as produções habitacionais como prioridade. Vejo que realmente temos uma demanda reprimida muito grande na cidade, o déficit habitacional é muito amplo, trazendo dados, estamos falando mais de 270 mil pessoas, acredito que hoje seja um número maior se pegarmos todas as áreas de risco, mas falando aproximadamente 300 mil pessoas com déficit habitacional, se somarmos todos os esforços do município, tudo dando certo, todos os editais, chegarmos em mais de cem mil unidades, ainda é distante de resolver o problema como um todo. Por isso quanto mais pudermos buscar apoio em outras esferas, isso será feito e trabalhado. Em relação a demandas, é importantíssimo sim trazer para o CMH essas discussões, principalmente do que é novo, do que vai acontecer daqui para frente em relação a retrofit. A ideia é atender àqueles lá habitam, ou seja, o movimento X está ocupando um prédio, inclusive não é um obstáculo fazer o retrofit ainda que ele esteja habitado, ocupado, isso temos discutido bastante. A ideia é fazer, liberando, as pessoas já vão entrando e sendo contempladas. Claro, daremos preferência a prédios desocupados, até por uma questão de segurança, aí conseguimos avançar mais rapidamente em várias

frentes simultaneamente. Quando não for o caso e aquele prédio em específico estiver ocupado, mas tem viabilidade de retrofitagem, daremos prioridade a isso. traremos isso realmente, estamos agora em processo de identificação dos prédios que são passíveis de regularização e de retrofitagem, de reforma, para quem não conhece esse termo, é reformar, tornar aquele ambiente habitável como moradia digna para as pessoas. A ideia é trazeremos o quanto antes à mesa, fazer preleção de quais os prédios, já temos dentro do nosso GTI, que é um grupo de trabalho intersecretarial, fazemos o acompanhamento já desde 2019 de 51 prédios na cidade. Hoje alguns já foram reintegrados, outros demolidos, estamos falando hoje de 46 prédios monitorados pelo GTI. Sabemos que se ampliarmos esse horizonte, passamos de 100 prédios aqui no Centro, num horizonte maior do que havia sido delimitado anteriormente. Desses 46 ainda vigentes, 8 a 9 unidades podem ser retrofitadas, apenas 1 está desocupada, parcialmente, o restante está ocupado. Mas estamos fazendo um estudo intersecretarial para verificar a viabilidade. Existem outras iniciativas no Centro, como por exemplo Todos Pelo Centro, que está sendo encabeçado pela Casa Civil, que também tem feito um trabalho de menor porte de retrofit na cidade. Estamos fazendo algumas reuniões de alinhamento, até porque como algumas secretarias têm feito algumas iniciativas nesse sentido e isso perpassa pela política habitacional da cidade, estamos centralizando isso, ainda que eles façam a execução, mas toda essa informação tem que passar por SEHAB, até porque temos que controlar e monitorar o desenvolvimento habitacional da cidade. É um esforço que está sendo feito com a secretaria de Governo para que consigamos em conjunto com as demais secretarias e com a própria COHAB fazer um trabalho mais integrado. Para encerrar, em relação à demanda das 40 mil unidades, Nilson até pode falar um pouco se quiser, o processo de avaliação das empresas que foram credenciadas *a priori*, fizemos o chamamento para 40 mil unidades, ofereceram mais de 104 mil unidades, claro que muita coisa não tinha viabilidade, dentro dos critérios foram selecionadas 39 mil e quase 800, foi um número bem próximo do edital, porém agora estamos numa segunda fase de avaliação, que é em SMUL e dentro da COHAB, mas agora é um processo mais técnico e burocrático que avaliará licenciamento e alvará e também parcelamento de sobra e todos os demais itens necessários para autorização da obra. Só a partir disso e da concessão dos alvarás, as construtoras que apresentaram propostas cumpriram todos os requisitos, é que terão a assinatura do contrato. Já digo que há a possibilidade de que algumas dessas unidades pré-selecionadas na primeira fase sejam desclassificadas por questões técnicas, que a priori não foram avaliadas naquela primeira fase, porque não era requisito, mas são requisitos de segunda fase. Então há sim a possibilidade de termos um número reduzido para a assinatura de contrato. O que temos discutido esses dias é que hoje, em vias de viabilidade de assinatura, estamos falando, das 40 mil, algo em torno de 14 ou 15 mil unidades que já teriam possibilidade nos próximos dias de assinatura. É importante frisar, como a Kátia colocou, vocês sabem que esse processo todo do Pode Entrar está sendo monitorado muito de perto pelo Tribunal de Contas, então para assinatura do contrato propriamente dito, que seria a terceira fase, execução, estamos falando de ter a necessidade de nos sentarmos com o Tribunal de Contas para uma validação de todo esse processo. Para vocês terem ideia do por quê. Às vezes parece que a coisa não está andando, mas não é isso. Existe todo um requisito técnico necessário que precisa ser atendido e ainda precisamos de uma validação final do TCM para liberar a assinatura desses contratos. Acredito que não vai acontecer de o Tribunal embarrear, não vejo o porquê. Até porque foram cumpridos os requisitos de edital e os próprios apontamentos do tribunal. Também estamos observando, sairá do forno nos próximos dias o segundo edital do chamamento para as 20 mil unidades. Aquele de 5 mil ainda está parado lá no Tribunal de Contas, suspenso. Não sei se todos sabem, vou contextualizar, tínhamos dois editais, um de 40 mil unidades e outro de 5 mil unidades, por isso falávamos de 45 mil unidades. 5 mil aquisições de unidades prontas, o mercado tem unidades prontas em estoque, ele quer vender aquilo para o município, ele oferta, nós compramos e já atende a demanda. Que demanda? Isso é importante. A demanda prioritária do auxílio aluguel. Estamos falando de primeiro zerar o auxílio aluguel e, em sequência, a fila da COHAB. E todas as aquisições que forem feitas nesse formato de edital. O que estamos trabalhando para o segundo edital é: vocês sabem que fizemos cinco lotes iguais para esse lote de 40 mil, foram 8 mil unidades para cada uma das regiões da cidade, Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro. O que discutimos agora é dentro do mapeamento, como já temos uma primeira leva que será assinada, teremos uma ideia de qual demanda será atendida em qual mancha da cidade. E agora pegaremos o que está sobrando disso, olhar o georreferenciamento dessas famílias e entender o seguinte: pelo atendimento que temos no social da SEHAB temos como mapear isso. onde está nossa maior demanda? Na Zona Leste, então qual a proporção disso? Nesse segundo edital pretendemos fazer com que existam cinco lotes, tenha uma prioridade para o Centro, até porque nossa ideia não é jogar ninguém para fora da Centralidade, pelo contrário, queremos trazer as famílias para os eixos, mas priorizando a demanda, então até para evitar mobilidade das famílias, essa transposição da Zona Norte para Zona Leste, para não modificar a vida das pessoas, porque as pessoas constroem suas vidas naquele território e quanto mais próximo ela for contemplada daquele ambiente, melhor é. O ideal seria que fosse exatamente naquele ponto, mas nem sempre é possível. Mas quanto mais próximo for, e mais próximo dos eixos de mobilidade, teremos uma condição de vida melhor para aquelas pessoas e o impacto também na vida delas minimizado. O edital já foi de certa forma desde o início pensado assim, mas como era um projeto pioneiro, inovador, com formato totalmente novo, ele serve hoje como um caso para termos pontos de melhoria. É o que

estávamos discutindo ontem, tivemos até uma reunião bem longa, saímos daqui quase nove horas da noite, falando sobre isso inclusive. Qual é a ideia? Reconstruirmos alguns pontos do edital ou melhorá-los? E todo mundo participando da reunião, COHAB, SEHAB, nossas equipes técnicas, entendemos que existem alguns gargalos técnicos, principalmente de aprovação que precisamos aprimorar, talvez até simplificar, inclusive estamos para marcar uma reunião com o pessoal de SMUL e das demais Secretarias, Verde, Meio Ambiente, todos os envolvidos na mesa técnica de aprovação, justamente para que possamos aprimorar esses pontos e deixar o processo ainda mais célere. Isso não se aplica só ao edital de aquisição, mas boa parte disso também se aplica ao conceito do Entidades, porque alguns dos problemas estão presentes nas duas modalidades, mas nossa ideia agora é fazer o aprimoramento mesmo do edital, trazendo a experiência que tivemos desse primeiro chamamento, todas as nossas dificuldades técnico operacionais e melhorar isso. estamos nesse ponto hoje em relação ao segundo edital. Já é o terceiro, porque tem o segundo que está parado lá. É o terceiro e chamamos de segundo pelo tipo. Seria uma continuidade, fizemos o de 40 mil e agora será de 20. A ideia é que esse processo seja mais célere e mais abrangente também no sentido do credenciamento inicial das propostas, para que tenhamos mais opções, caso haja a exclusão ou descredenciamento no meio do caminho, que não percamos tempo e já tenhamos algo pré-selecionado, mais ou menos engatilhado, que estava em uma lista de espera só aguardando subir naquele lote. Então isso ajudará bastante para não haver prejuízos na produção habitacional. A demanda a ideia é atendermos a prioridade, sem dúvida nenhuma, é o auxílio aluguel. Quando eu digo zerar, eu sei que às vezes temos alguns casos no auxílio que eram vinculados a algumas ações, remoções específicas da remoção urbana, algumas questões do PAC Encostas e que tem um atendimento vinculado, talvez esses teremos que negociar com Governo Federal, teremos que verificar dentro da operação urbana como podemos fazer, porque em tese eles têm um atendimento habitacional definitivo garantido por um outro tipo de programa, por um outro meio, então talvez esses coloquemos numa listagem apartada, mas os demais, que foram removidos por avanço de obra, por risco, enfim, todos os outros tipos de remoção que tivemos e automaticamente inserção ao auxílio aluguel com direito a atendimento definitivo, o que é importante frisar também, porque em alguns casos não tem esse direito, por uma questão legal mesmo, a pessoa tem o direito do auxílio, mas é temporário ou provisório, de um ano, prorrogável por mais um ano, o que chamamos internamente de 12+12. Mas tirando esses casos que são específicos e pontuais, todos os demais serão abarcados dentro do programa e na sequência iremos para a lista da COHAB, seguindo a ordem de priorização que tem na lista hierarquizada. Temos também algumas questões pontuais: mulheres vítimas de violência doméstica, existe um pequeno percentual ali também para população de rua, que também demanda e carece de atendimento habitacional, então a ideia é que também utilizemos uma fatia do que será produzido no Pode Entrar para produção de unidades habitacionais para essa população também. São essas as demandas. **Sra. Isadora:** Mas todas as unidades de aquisição vão para venda e não aluguel? **Sr. Leonardo:** Esse é outro ponto. Estamos discutindo, a priori dentro do Aquisição é para financiamento, que em tese na faixa 1 é 100% subsidiado, então é um financiamento, mas não é. Existem outros casos em que a pessoa terá subsídio menor e terá que arcar com uma responsabilidade, mas em tese a grande faixa é hipossuficiente, está dentro da faixa 1 e terá esse subsídio. A questão importante sobre o Locação é que estamos estruturando, em conjunto com COHAB e Secretaria de Governo, uma modalidade específica, estamos estudando algumas modelagens para isso, para que busquemos parque privado para locação social. porque hoje não temos uma produção pública, a promoção pública de unidades habitacionais é pequena ainda e tem uma demanda específica, quer seja ela aberta ou fechada, para atendimento definitivo, então não dá para falarmos agora em Locação Social, por exemplo, dentro do parque público. Porém estamos buscando alternativas dentro das PPPs para que seja criado um parque público privado e consigamos fazer esse chamamento através de uma outra modelagem, para buscar a possibilidade de termos unidades disponíveis para locação social. porque desafogamos a demanda habitacional de um outro grupo, que tem outro tipo de direito, que não o direito definitivo, mas conseguiremos contemplá-los. Da mesma forma, a população de rua, que hoje temos algumas iniciativas até de SMADs, com Vila Reencontro, que são algumas modelagens iniciais. É importante falar que essas modelagens que foram feitas, eu já ouvi algumas críticas, “fizeram 20 casinhas”, mas é algo piloto, a ideia é verificar se aquela modelagem funciona e replicar isso na cidade com um número maior de unidades. Estava falando com o Bezerra esses dias, ele disse que é possível fazer até três andares com aqueles modulares, então dependendo de como for... estava vendo também em outros países, eles até visitaram outros países, SMAD foi fazer essa visita, foram na Islândia, em vários lugares, a China mesmo tem produzido muito até unidade habitacional definitiva naquela modelagem de contêiner. Contêiner é um nome vulgar, mas casas modulares. Então é uma possibilidade, mas para atendimento provisório, só uma passagem, a família fica ali por um período, principalmente população de rua, que é o caso deles, a hora que a pessoa consegue o mínimo de condições econômicas, consegue se reintegrar à sociedade, aí sim entra o habitacional em definitivo ou a Locação Social, que é importante prepararmos. Então como é uma sequência, eles falaram que aquele modelo é o “first house”, “Casa Primeiro”, em que você tira a pessoa daquela situação de rua, coloca dentro de uma casinha digna para se reestruturar, só que depois que se reestruturar, podem ficar lá por volta de dois anos, pelo que estávamos conversando, o contrato permite que as famílias utilizem daquele equipamento durante 24 meses. Depois

que estiverem reinseridas na sociedade, elas precisam de um outro amparo. Vai sair dali e vai para onde? Vai para a rua de novo? Não. Porque às vezes ele está trabalhando, mas anda não tem condições de alugar uma casa, porque a renda ainda não é condizente, não é suficiente. A ideia é que a habitação venha produzir unidades também já pensando em suportar essa demanda que virá futuramente para a municipalidade dar suporte. Eu quis dar um panorama geral, até além das questões de SEHAB, mas é importante trazer aqui para a Executiva o olhar da gestão de modo geral a respeito da habitação e da habitabilidade. Uma coisa que eu tenho falado muito é que habitação não é só telhado, não é só casa, temos que pensar em urbanização, em urbanização de favelas, em infraestrutura, mobilidade, temos que pensar em tudo, habitabilidade como um todo. Então toda essa estrutura incidente, toda essa infra que a cidade precisa também passa por SEHAB, temos que ter esse olhar também para não pensar só em fazer apartamento. Em que lugar? Qual o entorno daquele apartamento? Fazemos um apartamento lá no fundão no meio do nada? Não é essa a ideia, é realmente trazeremos para as centralidades, poder atender nossa população da melhor maneira possível. Para encerrar, quero deixar consignado que tanto eu como Cury temos falado muito sobre isso, estamos de portas abertas a todos movimentos, a todos vocês que fazem parte do conselho ou não, porque sabemos da importância que vocês têm em todo esse processo. Não interpretem como se a Secretaria ou COHAB estivessem em algum momento trabalhando de maneira solo ou surda para as demandas que vocês trazem. Não é isso, temos esse compromisso com vocês, compromisso com a cidade, aqui estou falando independentemente de bandeiras e qualquer outra coisa, porque o importante para nós é atendermos a população, atender os mais carentes, aqueles que realmente estão precisando da política pública de fato. Dessa execução da política pública. Nada mais havendo, encerro essa nossa reunião. Deixo informado as nossas próximas datas. Nosso Conselho será dia 20 de julho, numa quinta-feira. Nossa próxima reunião da Executiva será 22 de agosto, numa terça-feira. Vamos em frente construir uma cidade cada vez melhor. **Nada mais havendo a tratar Senhor Leonardo Gazillo Silva encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.**

## **DIVISÃO DE TRABALHO SOCIAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

**Documento:** [088222623](#) | **Despacho deferido**

**6014.2023/0002378-4 - Área pública**

**Despacho deferido**

**INTERESSADO: Karolen Aparecida Martins**

**ASSUNTO: Troca de titularidade TPU.**

**DESPACHO:**

1) - À vista dos elementos constantes e do parecer técnico-social em documento SEI nº [088222788](#), devidamente acolhido pela Coordenadoria de Trabalho Social - CTS desta Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB Decido com base no item 1, inciso I.1, letra “a”, da Portaria nº. 141/SEHAB. G/ 2014:

a - **REVOGAR** a permissão de uso do imóvel localizado na Rua R.C Lousada, 1000 - São Paulo, Capital, Cód.1110166 outorgada pela Prefeitura do Município de São Paulo a Sra. **Maria da Conceição Martins** determinando o **CANCELAMENTO** do correspondente Termo de Permissão de Uso;

b - **OUTORGAR**, por consequência, a referida permissão de uso do imóvel localizado na Rua R.C Lousada, 1000 - São Paulo, Capital, Cód.1110166 a Sra. **Karolen Aparecida Martins**, determinando a emissão do competente Termo de Permissão de Uso em seu nome.

## **COORDENADORIA DE TRABALHO SOCIAL - CTS**

**Documento:** [086387965](#) | **Despacho deferido**

**INTERESSADO: Ailton Reis dos Santos**

**ASSUNTO: TROCA DE TITULARIDADE DE TPU.**

**DESPACHO:**

1) - À vista dos elementos constantes e do parecer técnico-social em documento SEI nº 082957465, devidamente acolhido pela Coordenadoria de Trabalho Social - CTS desta Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB Decido com base no item 1, inciso I.1, letra “a”, da Portaria nº. 141/SEHAB. G/ 2014:

a - **REVOGAR** a permissão de uso do imóvel localizado na Rua Conde de Itaguaí, 299 - São Paulo, Capital, Cód.1100583 outorgada pela Prefeitura do Município de São Paulo ao Sr. Gleibson Lima Araujo CPF: 394.\*\*\*-\*\*\*-40 determinando o **CANCELAMENTO** do correspondente Termo de Permissão de Uso;

b - **OUTORGAR**, por consequência, a referida permissão de uso do imóvel localizado na Rua Conde de Itaguaí, 299 - São Paulo, Capital, Cód.1100583 ao Sr. Ailton Reis dos Santos CPF: